



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas - AR

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação: Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido, bem como a modernização das técnicas produtivas empregadas nas culturas agrícolas da região. A aquisição de equipamentos agrícolas em quantidade e qualidade adequadas proporciona, ainda, um estímulo à organização dos pequenos produtores costumeiramente atendidos pela Codevasf, uma vez que grande parte dos beneficiários apenas são alcançados se pertencentes a alguma organização cooperativa, sejam cooperativas ou associações de produtores rurais, o que reforça e estimula o associativismo e os princípios da economia solidária na região.

As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades, mas sabe-se que os efeitos dos fenômenos climáticos adquirem caráter tão dramático no semiárido nordestino pela fragilidade do tecido socioeconômico. A baixa complexidade da economia do interior do Nordeste determina e perpetua a existência de bolsões de pobreza no campo, na medida em que, por fatores diversos, a baixa produtividade dos fatores de produção condiciona a maioria daquela população à condição de sobrevivência, quando muito, salvo exceções. Assim, o objeto desta licitação pretende ajudar a reverter parte dos problemas acima mencionados em duas frentes, quais sejam a dotação de condições objetivas de elevação da produtividade dos fatores de produção no âmbito da agricultura familiar, por meio da doação de máquinas e equipamentos a grupos organizados, bem como a dotação de prefeituras do interior do Nordeste, com especial atenção ao estado de Alagoas, de melhores condições de atendimento a seus municípios em suas demandas mais básicas o que, pelas precárias condições das contas públicas desses municípios, quase nunca é possível de se fazer.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de acesso a melhores condições de sobrevivência, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo foi aprovada a aquisição dos bens, máquinas e equipamentos objeto desta licitação.

Motivação da contratação, informar para fins de instrução do processo:

- a) Os benefícios diretos e indiretos são visíveis principalmente para melhoria e geração de oportunidades que resultarão na criação de cerca de 1.000 empregos diretos e mais de 2.000 empregos indiretos, considerando apenas a mão de obra local;
- b) Os equipamentos apresentados representam o mínimo indispensável para composição das estruturas apresentadas, plenamente sintonizados ao planejamento existente;
- c) Os equipamentos descritos no planejamento, são compatíveis com as normas brasileiras de produção de alimentos em consonância com a legislação ambiental e vigilância sanitária;
- d) Os fornecimentos objeto deste certame são de natureza **NÃO CONTINUADA**, de modo que serão realizados de forma parcelada, conforme a conveniência e planejamento da Codevasf, expressas por meio de Ordem de Fornecimento concernente a cada item específico;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas - AR

Divisão do Objeto: O objeto tem natureza divisível, conforme prevê a legislação. Efetuando a divisão em vários itens, possibilita aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, garantindo a viabilidade técnica e econômica e a economias de escala.

Critério de Julgamento: Menor preço

ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO: Trata-se de fornecimento de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento/serviços que serão contratados.

ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: A 5ª Superintendência Regional recebe, constantemente, demandas da sociedade alagoana, por bens que forma o conjunto objeto desta licitação. Para atender tais demandas, é necessário, conveniente, oportuno, econômico e eficiente que os procedimentos se deem através de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas. Esta forma de contratação dispensa grande logística e dispêndios vultos de única vez, além de facilitar a administração de recebimento e destinação (art. 3º, II, Dec. 7.892/2013).

CONSÓRCIO: Não permitido - A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo, conseqüentemente, pertinente a formação de consórcios. Ademais, o objeto, além de tratar-se de bem comum disponível no mercado, não requer esforço coletivo para sua execução. Aliás, ele é dividido em vários itens, o que facilita a execução, por si só, por vários fornecedores. Admitir consórcio, além de injustificável, não traria nenhuma vantagem ao contratante, ou mesmo, à competitividade do certame.

SUBCONTRATAÇÃO: Não permitida - Não se afigura conveniente e oportuno tal instituto, pois, nesta natureza de objeto, seria permitir a sua terceirização ou cessão. O fornecimento dos bens comuns objeto deste TR, se concretiza, em sua inteireza, por ausência de fornecimentos complementares especiais que demandem a intervenção de terceiros. Permiti-la, seria dividir o objeto após a contratação, sem trazer qualquer vantagem ao contratante ao caráter competitivo do certame.

RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% ÀS MEs e EPPs: O Decreto nº 8.538/2015 impõe aos órgãos e entidades contratantes o dever de, na feitura de licitação para aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Portanto, o objeto em tela é de natureza divisível e não apresenta possibilidade de prejuízo para o conjunto do fornecimento.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

GARANTIA DO OBJETO: um ano, contado da entrega técnica do bem. A garantia do objeto fora definida em razão na necessidade de adquirir bens de qualidade durante prazo razoável, em perfeito funcionamento, sem afetar o caráter competitivo da licitação, porém, para assegurar a boa execução do objeto e o atendimento do interesse público a que a contratante deve ter como objetivo no contrato.

NATUREZA DOS BENS: os bens objeto desta licitação se classificam como bens comuns, tendo em vista que se enquadram em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, cujas características estão descritas neste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas - AR

ORÇAMENTO: Público - Não obstante a Lei 13.303/2016 prescrever ser, em regra, o orçamento sigiloso, a Corte de Contas da União manifestou-se no Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, concluindo que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO - É incomum em nossos SRP outros órgãos ou entidades apresentarem proposta para participar. Conceder um prazo mínimo de oito dias úteis e depois não haver participação, afeta a celeridade do procedimento e afigura-se oportunidade sem efetividade. Ademais, caso haja interesse de outros órgãos ou entidades, poderá aderir à Ata de Registro de Preços posteriormente, o que não proporciona prejuízos aos potenciais interessados.

PERMISSÃO DE ADESÃO: Sim. Admite-se a adesão ao SRP, especificamente, mormente à ata de registro de Preços, dado que este instituto é um dos principais fundamentos para a preferência de contratação por meio de registro de preços. A adesão a ata significa eficiência, conveniência e economia consideráveis na contratação, tanto das empresas estatais, quanto dos órgãos e entidades da administração pública. Ademais, é recorrente a adesão, no âmbito da própria CODEVASF, das demais superintendências regionais, às nossas atas, o que por si só, já comprova os benefícios proporcionados por este sistema de contratação, já que as necessidades são semelhantes, portanto, também, as soluções o são.